

Erro metodológico

Mudar ministros sempre que a economia vai mal significa ser a política econômica ditada pelo ministro, não pelo Presidente. Esta é a deficiência fundamental do Governo Sarney, em razão da qual todas as estratégias de política econômica falham. Se ela não é do Presidente, o Governo como um todo não se sente comprometido e ela passa a ser operada como política setorial. É por essa razão, excluindo-se qualquer outra, que o combate aos gastos públicos, espinha dorsal da estratégia do atual ministro da Fazenda, vem sendo bombardeado desde o princípio. Na ausência de uma política de Governo, ditada pelo Presidente, em relação à qual todos os ministros sejam responsáveis, as políticas setoriais se tornam autônomas entre si. Cada um cuida para que a sua não naufrague. Como o salva-vidas de todas elas é o dinheiro, em tese, pois todas as políticas setoriais são opostas ao combate à inflação. Pior ainda: cada uma delas passa a ser o centro do mundo. As estatais, por exemplo — e o ministro das Minas e Energia protege essa ideologia — giram em torno de si próprias, indiferentes ao que se possa passar ao redor. Elas se realizam em si mesmas, endógenas, soberanas e impávidas.

A questão não é mudar ministros, como já o provou a experiência do Governo Sarney. Importa, sim, é eleger-se uma política econômica com base ampla de apoio na sociedade, fundada no diagnóstico preciso das causas da inflação, partindo-se daí para o comprometimento total do Governo. Sem esta preliminar, nada vai funcionar. Esta semana, como, aliás, todas as semanas, tivemos uma prova exuberante do desencontro que se verifica no Governo em torno até de

questões simples. Ao mesmo tempo em que técnicos governamentais diziam em Brasília ser imperioso reduzir os superávits da balança comercial — porque, como todos sabem, eles são causa de inflação — o presidente Sarney referia-se, em Moscou, à nossa conquista do “terceiro superávit do mundo” como um dos êxitos do seu Governo. Está evidente que nos falta um diagnóstico de causas.

O Presidente deveria, antes de mudar ministros ou, se considerar imperioso fazê-lo, antes de nomear outros, reunir a inteligência do País — os melhores economistas, os mais destacados empresários e os líderes dos trabalhadores — para que ela defina uma política econômica o mais consensual possível. Não se trata de um pacto, mas da formulação de uma estratégia de política econômica a ser implementada pelo Governo. Se suas diretrizes coincidirem com as idéias do pacto, tanto melhor. Essa metodologia é a única que nos ocorre diante da constatação de que o Presidente não tem, ele próprio, uma formulação pessoal para o problema. Nem seria desejável que o tivesse. Nas circunstâncias do momento, qualquer política econômica precisa conter o pressuposto da sua aceitação por parte dos agentes econômicos, não podendo, portanto, constituir mera visão pessoal do problema.

Definida assim uma nova política, e tendo ela obtido satisfatória aceitação social, a responsabilidade do Presidente seria a de garanti-la acima de qualquer outro interesse. Todas as políticas setoriais do Governo passariam a ser caudatárias da política econômica, condicionadas por seu desempenho, porque nada pode ter êxito quando a economia fracassa.